

23 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Raquel pede ao STF cassação do HC que soltou Pepe Richa

**Procuradora-geral sustenta que decisão
de Gilmar Mendes partiu de premissa
"absolutamente equivocada"**

São Paulo - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu a cassação do habeas corpus que revogou a prisão temporária de José Richa Filho, o Pepe Richa, irmão do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB). Em recurso enviado na última sexta-feira (19), a procuradora pede que o relator do caso no STF, ministro Gilmar Mendes, reconsidere a decisão ou remeta o caso para julgamento da Segunda Turma do Supremo.

Pepe Richa, ex-secretário de Infraestrutura e Logística do governo tucano, havia sido preso em 26 de setembro no âmbito da Operação Integração II, fase 55 da Operação Lava Jato, que investiga suspeita de corrupção na concessão de rodovias no Paraná. As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria.

Para Raquel Dodge, a medida partiu de premissa "absolutamente equivocada". Gilmar Mendes aceitou a argumentação da defesa de que os fatos investigados são os mesmos da Operação Radiopatrulha, no âmbito da qual

o próprio ministro já havia dado habeas aos irmãos Richa - o próprio Beto Richa também foi preso em setembro e solto por Mendes.

A alegação é que havia a chamada "decisão paradigma", que deveria ser seguida. No entanto, o entendimento da procuradora-geral é que, apesar de envolver personagens em comum, estas são investigações distintas. "Embora tenham ocorrido de modo paralelo no tempo, as operações Radiopatrulha e Integração II, de âmbitos estadual e federal, respectivamente, não guardam qualquer relação investigativa entre si, justamente por terem por objeto fatos completamente distintos", esclareceu Raquel Dodge.

A procuradora-geral citou todos os pontos destacados pelo juiz da 23ª Vara Federal no Paraná, que motivaram a conversão da prisão temporária de Pepe Richa em preventiva. Apontou, ainda, as ocorrências que levaram o magistrado estadual a decretar as prisões.

Ao final da análise comparativa, Raquel Dodge disse

que é "inequívoca" a conclusão de que os fatos apurados são completamente diferentes. De acordo com a procuradora, a admissão do HC significa dar decisão paradigma ao alcance de blindar Pepe Richa contra novas prisões cautelares decretadas por outros juízes do País com base em novas situações criminosas

ATALHO

No documento, a procuradora argumentou ainda que, com o recurso apresentado, Pepe Richa "pretendeu, na verdade, buscar um atalho e submeteu a análise da legalidade do seu decreto de prisão diretamente ao STF e, especificamente, ao ministro Gilmar Mendes"

Além disso, a avaliação é de que a concessão de HC de ofício para favorecer José Richa representa "flagrante burla às normas procedimentais previstas na Constituição e nas leis, e à distribuição de competências, consistindo, acima de tudo, em indevida supressão de instâncias".

CONTINUA

23 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Mesmo que o Supremo tivesse competência para o caso, Raquel Dodge assinala que “o réu não poderia simplesmente escolher o ministro”. “A reclamação deveria ter sido recebida como habeas corpus e distribuída aleatoriamente entre os diversos ministros do Tribunal, de modo a preservar o princípio constitucional do juiz natural”, reforçou Raquel.

A procuradora-geral pede para que, pelos mesmos motivos apresentados, sejam reformadas as decisões relativas a outros envolvidos na operação Integração II- João Marafon Júnior, João Chimanazzo Neto e Luiz Fernando Wolf.

23 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Descansar é possível

Parece que está cada vez mais distante a perspectiva de descanso da família Richa. Agora quem interveio nas pendências foi a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, pedindo a cassação do habeas corpus do STF que beneficiou José Richa Filho, o Pepe. E isso acontece no momento em que o ex-deputado federal André Vargas, ex-vice-presidente da Câmara Federal, é beneficiado por livramento condicional.

André tinha três processos acumulados, mas não ganha de Richa e de sua turma pelo menos em número de incidentes que podem se transformar em procedimentos, dentre eles o fortíssimo da “Patrulha Rural” e outro em desdobramento da Lava Jato com relação à propina dos consórcios do pedágio, isso sem falar em operações investigatórias ainda em andamento como as decorrentes da “Publicano”, a dos chunchos dos fiscais da receita estadual, e dos desvios das construções escolares na “Quadro Negro”.

O pior para Richa foi o fracasso eleitoral, talvez em parte decorrente de sua prisão e constrangimentos sofridos, que o habilitaria a defender-se na condição de líder, um dos de maior densidade que o Paraná já teve. Sem mandato, carece daquela aura, que o destacava na fauna política e ainda aureolado pelos feitos decantados no marketing. Houve um momento em que os seus ex-correligionários não queriam sequer sua aproximação com receio do contágio, tanto que a sua sucessora, Cida Borghetti, tentou impugná-lo como candidato senatorial.

E está enfrentando processos em uma época em que a desigualdade que protegia políticos está caindo e tanto que temos na cadeia um ex-presidente da República, um ex-governador como Sergio Cabral, um ex-ministro de Lula e Dilma Rousseff, o Antonio Palocci, e sobretudo o ex-presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha. É currículo para não botar defeito.

O fato é que ainda nesse ranking perdemos longe da Coreia do Sul, que assinalou, em dias recentes, o quarto mandatário encanado, o penúltimo uma mulher, ex-presidenta, por ter metido a mão no jarro.

23 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Bolsonaro diz que advertiu o filho sobre fala contra o STF

Atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia, afirma presidente da Corte

Rio de Janeiro - Em entrevista ao SBT nesta segunda-feira (22), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse ter advertido seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), por declaração sobre fechamento do STF (Supremo Tribunal Federal). "Eu já adverti o garoto, o meu filho, a responsabilidade é dele. Ele já se desculpou", disse, acrescentando que a declaração de Eduardo foi feita em julho.

Deputado federal com maior votação da história, Eduardo tem 34 anos e assumirá em fevereiro seu segundo mandato. Durante aula para um cursinho preparatório em Cascavel (Oeste do Paraná), em julho deste ano, ele disse que para fechar o STF bastariam um cabo e um soldado.

"Ele aceitou responder uma pergunta que não tinha nem pé e nem cabeça e resolveu levar para o lado desse absurdo aí. Nós temos todo o respeito e consideração com os demais poderes e o Judiciário obviamente é importante", disse Jair.

O presidente disse ter sido "pesado" com o filho ao dizer, no domingo (21), que quem fala em fechar o STF

deve ir ao psiquiatra. "No que depender de nós isso é uma página virada", acrescentou.

O candidato do PSL evitou responder a pergunta sobre declaração do decano do STF, ministro Celso de Mello. Ele classificou de 'inconsequente e golpista' a fala de Eduardo. "Wadiah Damous falou de forma bastante consciente em fechar o Supremo e não teve essa repercussão toda." Bolsonaro se referiu a uma fala do deputado federal do PT feita em abril deste ano. Na ocasião, o petista gravou um vídeo criticando especialmente o ministro Luís Roberto Barroso, que deu o voto mais contundente a favor da prisão de condenados em segunda instância. O julgamento teve impacto no caso do ex-presidente Lula (PT), que teve um habeas corpus preventivo negado pela corte.

Nos bastidores da campanha, a ordem é não comentar a declaração do decano do STF. Aliados de Bolsonaro vão minimizar a fala, dizer que o presidente já se manifestou sobre o caso e vão lembrar a fala de Damous. Anunciado ministro da Casa Civil de eventual governo do PSL, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) evitou comentar a declaração de Celso de Mello.

FRANCISCHINI

Deputado estadual mais votado do Paraná, com 427.749 votos, Delegado Francischini (PSL) comentou o ocorrido pelo Twitter. "Haddad e quadrilha vermelha repetem há meses que Tribunais Superiores e Juiz Sergio Moro são criminosos por condenar LULA sem provas e a MÍDIA CALADA! Agora, fora de contexto gravação antiga do Eduardo @BolsonaroSP desabafando caso pai fosse cassado vira CRIME p MÍDIA de Esquerda?", postou. Ele é um dos principais cabos eleitorais do presidente.

DIAS TOFFOLI

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, reagiu nesta segunda-feira (22) às declarações do deputado federal eleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro, sobre fechar a corte. "O Supremo Tribunal Federal é uma instituição centenária e essencial ao Estado Democrático de Direito. Não há democracia sem um Poder Judiciário independente e autônomo", disse o ministro em nota enviada por sua assessoria de imprensa.

CONTINUA

23 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“O país conta com instituições sólidas e todas as autoridades devem respeitar a Constituição. Atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia”, acrescentou o magistrado. (Colaborou Mariana Franco Ramos/Reportagem Local)

Para presidente do STJ, não houve ameaça

Rio - O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, minimizou as declarações feitas pelo deputado federal reeleito Eduardo Bolsonaro, de que bastaria um soldado e um cabo para fechar o Su-

premo Tribunal Federal (STF). Segundo Noronha, a fala foi “superestimada” e em nenhum momento sentiu tom de ameaça na declaração.

“O Brasil vive hoje um momento de extrema democracia, com as instituições bem fortes, bem firmes, bem instituídas, e que ao meu ver não correm risco, seja quem for o presidente eleito, não estou nem um pouco preocupado com isso”, avaliou Noronha. “O ambiente democrático está estabelecido pelos preceitos constitucionais.”

Noronha acrescentou ainda que qualquer medida que seja tomada fora do ambiente constitucional pode gerar impeachment. Além disso, disse que todas as decisões do presidente precisam ser aprovadas pelo Congresso, o que torna o ambiente seguro. (Denise Luna/Agência Estado)

23 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Prisão: só em flagrante

Eleitores não poderão mais ser presos a partir desta terça-feira (23), cinco dias antes do segundo turno das eleições. As exceções são apenas para casos de flagrante delito e quando houver sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou desrespeito a salvo-conduto. Termina também nesta terça o prazo para que os representantes de partidos políticos ou coligações, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público peçam a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica.

Pontos de transmissão

Os tribunais regionais eleitorais também devem divulgar nesta terça os pontos de transmissão de dados que funcionarão em pontos distintos do local de funcionamento da Junta Eleitoral. O segundo turno será no domingo (28) de outubro. Em 13 estados e no Distrito Federal, os eleitores votarão para escolher seus governadores e, em todo o Brasil, será definido o novo presidente.

Investigação sobre Canziani é arquivada

A pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, determinou o arquivamento do Inquérito 3.544 que mencionava o deputado federal Alex Canziani (PTB) a respeito de um convênio do Ministério do Turismo ocorrido em 2012. O episódio chegou a ser explorado contra Canziani na campanha eleitoral ao Senado, na qual terminou em quarto lugar.

Em nota encaminhada pela assessoria, Canziani lamenta que a decisão tenha saído somente depois da eleição. "O caso acabou repercutindo mal perante a opinião pública e prejudicou bastante o candidato petebista na busca por uma das duas vagas ao Senado."

CLAUDIO HUMBERTO

“

De fato, não temos”

Rosa Weber, presidente do TSE, admite que não tem “solução pronta” para fake news

Salu do STJ o equilíbrio que se espera do STF

Com o bom senso de férias no Supremo Tribunal Federal (STF) e os ministros oscilando entre o corporativismo e os holofotes, salvou a imagem de um Judiciário equilibrado o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, no caso da esdrúxula declaração do deputado eleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Noronha se encarregou de botar a bola no chão e afastar os excessos.

Exagero eleitoral

“Estão exagerando”, ponderou Noronha, destacando que a afirmação, desautorizada pelo candidato Jair Bolsonaro, não foi uma “ameaça”.

Caso para o divã

Noronha não viu “risco à democracia” em palavras que, para o próprio Bolsonaro, pertencem mais ao campo da psiquiatria que da política.

Lei antibullying: omissão dos gestores públicos e processos judiciais

Não é novidade no Brasil que diretores de escolas particulares e secretários municipais e estaduais de educação, em muitos casos, não gostam, por motivos óbvios, de divulgar ocorrências de casos envolvendo violência escolar, como bullying, indisciplinas, incivildades etc. Eles acreditam que a divulgação desses dados acaba gerando uma imagem negativa para o seu trabalho.

Todavia, com o advento da Lei Federal 13.185/15, a Lei Antibullying, criou-se uma obrigação específica para os agentes públicos gestores da educação (secretários estaduais e municipais), que determinou, em seu artigo 6º, que serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (bullying) nos Estados e municípios para planejamento das ações.

Até o presente momento, você e eu devemos estar nos perguntando: onde estão esses resultados? A Lei Federal descumprida é de 2015. Já se passaram três anos e o silêncio ainda impera.

A obrigação da transparência na condução das políticas públicas de combate à violência na educação é o grande propósito desses relatórios antibullying e é obrigação tanto das escolas públicas quanto particulares. A Lei alterou a LDB (Lei de Diretrizes de Base e Educação) e determinou que todas as escolas, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, estabelecendo ações destinadas a promover a cultura de paz.

Passados três anos da sanção da “Lei Antibullying”, desconhece-se o cumprimento efetivo das obrigações determinadas da produção de relatórios bimestrais por parte dos secretários de educação, tanto municipais como estaduais em todo o Brasil.

Provavelmente, alguns apresentarão relatórios apontando nenhuma ocorrência, e caso isso apareça, dependendo do tamanho do universo de alunos envolvidos, é o caso de se olhar com mais atenção. Inclusive, pode haver eventual responsabilidade de agente público tentando “maquiar” a rea-

lidade escolar sob sua direção para fins, não de interesse do povo, mas da administração local, com o objetivo de evitar desgastes de imagem com os pais dos alunos e a sociedade civil.

Segundo relatório da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), de janeiro de 2017, milhões de meninas e meninos sofrem violência relacionada ao ambiente escolar todo ano. Cerca de 34% dos estudantes entre 11 e 13 anos de idade relataram terem sofrido bullying no mês anterior, de acordo com dados de 19 países de baixa e média renda analisados pelo estudo “School Violence and Bullying: Global Status Report” (Violência Escolar e Bullying: Relatório da Situação Global, em tradução livre).

Ainda no mesmo documento, a Unesco informou que o Relatório da Situação Global destaca

que a violência escolar é impulsionada por dinâmicas de poder desiguais, que muitas vezes são reforçadas por normas e estereótipos de gênero, orientação sexual e demais fatores que contribuem para a marginalização, como pobreza, identidade étnica ou idioma.

O surgimento de relatórios antibullying com nenhuma ocorrência, realizados às pressas, ou com documentações pífias, sem credibilidade e dotadas de nenhum apoio no mundo real (pesquisas, questionários etc.), a meu ver, pode configurar fraude contra as

leis antibullying e improbidade administrativa.

O descumprimento da obrigação específica do artigo 6º da Lei Antibullying, que determina a produção efetiva de relatórios, baseados em metodologias que possam ser comprovadas e conferidas posteriormente - inclusive pelo Poder Judiciário caso o fato seja levado aos tribunais - traz prejuízos para milhões de estudantes por todo o País. Enfim, a ausência desses relatórios efetivos dificulta o gestor público adotar medidas concretas e bem direcionadas para reduzir a violência no meio escolar.

LÉLIO BRAGA CALHAU, promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais

66

**Transparência no
combate à violência
na educação é o
grande propósito
dos relatórios
antibullying**

23 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Para presidente do STF, frase de filho Bolsonaro é ataque à democracia

Dias Toffoli afirma que instituição é essencial ao Estado de Direito; presidenciável diz ter repreendido comentário sobre fechar a corte

BRASÍLIA E SÃO PAULO Atacar o Judiciário é atacar a democracia, disse nesta segunda (22) o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Antonio Dias Toffoli, em resposta à declaração do deputado federal eleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL), sobre fechar a corte.

“O Supremo Tribunal Federal é uma instituição centenária e essencial ao Estado democrático de Direito. Não há democracia sem Poder Judiciário independente e autônomo”, diz o ministro em nota.

“O país conta com instituições sólidas e todas as autoridades devem respeitar a Constituição. Atacar o Poder Judiciário é atacar à democracia.”

Um vídeo que mostra Eduardo Bolsonaro discorrendo sobre fechar o STF atraiu críticas no domingo, quando circulou em redes sociais. O material foi gravado em julho em Cascavel (PR), durante aula para candidatos à Polícia Federal com o deputado eleito.

“Cara, se quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. Não é querer desmerecer o soldado e o cabo, não”, diz Eduardo no vídeo. “Se prender um ministro do STF, você acha que vai ter manifestação popular a favor do ministro do STF?”

As declarações foram repudiadas por magistrados, advogados e políticos. Nesta segunda, o presidenciável Jair Bolsonaro disse ter advertido o filho por causa da declaração.

“Eu já adverti o garoto, o meu filho, a responsabilidade é dele. Ele já se desculpou”, disse em entrevista ao SBT.

“Ele aceitou responder uma pergunta que não tinha nem pé e nem cabeça e resolveu levar para o lado desse absurdo aí. Nós temos todo o respeito e consideração com os demais poderes e o Judiciário obviamente é importante”, afirmou Bolsonaro, chamando a questão de “página virada”.

Nesta segunda, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse que as declarações de Eduardo poderão motivar uma investigação da Polícia Federal caso houver um pedido do Judiciário.

Além de Toffoli, os ministros Celso de Mello e Alexandre de Moraes se manifestaram sobre o assunto.

Magistrado mais antigo da corte, Celso de Mello classificou a afirmação de “inconsequente e golpista” e afirmou que o fato de Eduardo Bolsonaro ter tido votação expressiva nas eleições (quase 2 milhões de votos, um recorde) não legitima “investidas contra a ordem político-jurídica”.

Já Alexandre de Moraes, nesta segunda, afirmou que nada justifica defender o fechamento do Supremo e que é uma contradição um parlamentar fazer uma declaração irresponsável quando o país vive um longo período de estabilidade democrática.

“As declarações demonstram a atualidade da famosa frase de Thomas Jefferson: ‘O preço da liberdade é a eterna vigilância’. Nada justifica a defesa do fechamento do STF”, disse.

Moraes acrescentou que nem o desconhecimento dos pilares da democracia nem a “total ignorância” do princípio da separação dos Poderes justificam “o absurdo atentado verbal à autonomia e independência do Poder Judiciário”.

Ele disse ainda que cabe à Procuradoria-Geral da República analisar se o contexto da manifestação, feita fora do exercício das funções parlamentares, pode configurar delito de incitação de animosidade — previsto na Lei de Segurança Nacional.

No domingo (21), A presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Rosa Weber, disse que um magistrado que honra o seu papel não se deixa abalar por manifestações que possam ser compreendidas como inadequadas.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 23 OUT 2018

CONTINUAÇÃO

Indagado sobre a questão, Jair Bolsonaro disse ainda que quando o deputado petista Wadih Damous falou em fechar o Supremo não houve a mesma repercussão.

Em abril, o deputado petista gravou um vídeo criticando o ministro Luís Roberto Barroso, que deu o voto mais contundente a favor da prisão de condenados em segunda instância como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O caso foi amplamente noticiado.

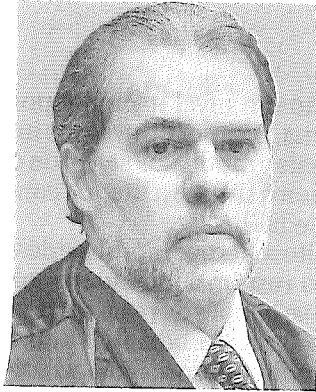
Anunciado para ocupar a Casa Civil se Bolsonaro foi eleito no domingo (28), o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) afirmou que Bolsonaro é um democrata, porque está no sétimo mandato como deputado federal e serviu o Exército brasileiro por 17 anos.

A declaração de Eduardo Bolsonaro levou o adversário de seu pai na disputa presidencial, Fernando Haddad (PT), a listar o que vê como ameaças às instituições.

“As instituições estão se sentindo ameaçadas, inclusive pela linha dura de parte das Forças Armadas”, disse o petista antes de evento de campanha em São Paulo.

Haddad listou o que chama de ameaças ao STF, à imprensa e à oposição ao capitão reformado, em alusão ao discurso feito pelo candidato do PSL a apoiadores no domingo, no qual disse que varreria a oposição e chamou a Folha de “fake news”.

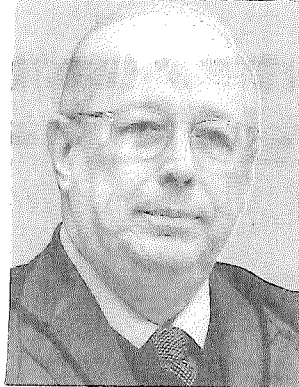
“Se ele [Bolsonaro] tem coragem de ameaçar a democracia antes da eleição, imagina o que fará com apoio dos eleitores”, disse o petista. Gustavo Uribe, Letícia Casado, Talita Fernandes, Marina Dias e Natália Cancian



“

O STF é uma instituição essencial ao Estado democrático de Direito. Não há democracia sem Poder Judiciário independente e autônomo. Atacar o Poder Judiciário é atacar à democracia.

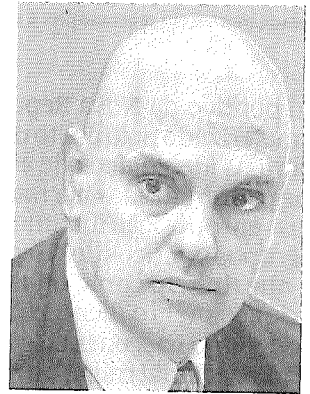
ministro José Antonio Dias Toffoli



“

Essa declaração, inconsequente e golpista, mostra bem o tipo (irresponsável) de parlamentar cuja atuação no Congresso só comprometerá a integridade da ordem democrática.

ministro Celso de Mello



“

As declarações demonstram a atualidade da famosa frase de Thomas Jefferson: ‘O preço da liberdade é a eterna vigilância’. Nada justifica a defesa do fechamento do STF.

ministro Alexandre de Moraes



“

No Brasil, as instituições estão funcionando normalmente. E juiz algum no país se deixa abalar por qualquer manifestação que eventualmente possa ser compreendida como conteúdo inadequado.

ministra Rosa Weber

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

O pai, o filho, o cabo e o soldado

SÃO PAULO Em mais uma demonstração do grande despreparo do núcleo bolsonarista para governar o país, Eduardo Bolsonaro, filho do capitão e deputado federal reeleito, declarou que bastavam um soldado e um cabo para fechar o STF.

É verdade que o desatino verbal é de julho, de modo que não configura uma resposta direta à investigação sobre financiamento ilegal na campanha bolsonarista aberta na semana passada pelo Judiciário, mas é revelador do desprezo do filho pelas instituições basais da democracia liberal. Não tenho provas, mas arriscaria afirmar que foi em casa que o jovem Bolsonaro aprendeu essas coisas.

Tudo indica que Jair Bolsonaro vencerá a corrida presidencial no próximo domingo, o que significa que precisará encontrar um modus vivendi com Judiciário, Legislativo e outras instituições. Ele, afinal, será eleito presidente e não ditador plenipotenciário, e, diferentemente do que pensa Eduardo Bolsonaro, acórdãos do Supremo podem muito mesmo contra presidentes.

Nesse contexto, é positivo que o pai tenha tentado desvincular-se das declarações do filho. Ainda está várias unidades astronômicas distante do necessário para uma convivência harmônica entre os Poderes, mas não deixa de ser um primeiro passo. Ele tem um longo aprendizado pela frente.

O episódio é revelador do que nos aguarda. Embora os mais apavorados já antecipem milícias bolsonaristas patrulhando as ruas e a volta do pau de arara, o mais provável é que enfrentemos uma Presidência que procura, através do discurso truculento, deslegitimar instituições e, em seguida, ampliar seus poderes.

Podemos esperar retrocessos em várias áreas, mas dificilmente veremos a reedição de uma ditadura. Nosso sistema de freios e contrapesos está longe do ideal, mas é mais do que uma peça de ficção constitucional. Embora difícil, não é impossível que Bolsonaro e a família saiam mais civilizados dos quatro anos de mandato.

23 OUT 2018

23 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Quartelada retórica

Filho de Bolsonaro especula sobre fechar o STF; presidencialista defende a democracia, mas insufla a ira militante para se esquivar de crítica e debate

Apenas três meses antes de conquistar um novo mandato na Câmara dos Deputados com a maior votação do país, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) se metia a formular hipóteses acerca do fechamento do Supremo Tribunal Federal —foi o que se soube nos últimos dias.

“Você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo”, con-fabulava o parlamentar, numa palestra a alunos de um curso preparatório para a disputa de vagas na Polícia Federal, em Cascavel (PR).

Em circunstância tão prosaica, ele respondia a uma questão sobre eventual obstáculo no STF para a posse de seu pai, Jair Bolsonaro, em caso de vitória no primeiro turno da eleição presidencial.

O palestrante duvida que a corte poderia barrar a candidatura vitoriosa se julgasse, no exemplo citado, ter havido doação ilegal de campanha. O clamor das ruas, depreende-se de sua fala, seria fator decisivo. “Se prender um ministro do STF, você acha que vai haver uma manifestação popular?”, questiona.

Não tivesse partido do filho do presidencialista que lidera com folga as pesquisas, a quartelada imaginária provavelmente passaria como mera fanfarrice de congressista do baixo clero —e decerto se encontrarão asneiras do mesmo naipe, lamentavelmente, no falatório de outros nomes e siglas.

Vindo de quem veio, o desatino provocou imediata reação de ministros do Supremo, instados a di-

zer o óbvio sobre as instituições democráticas, o Estado de Direito e a independência entre os Poderes republicanos.

Jair Bolsonaro relatou ter reprendido “o garoto” —de 34 anos— e afirmou ter respeito integral pelo Judiciário. Essa e outras manifestações recentes de sensatez do presidencialista do PSL, entretanto, ainda contrastam com boa parte de sua retórica palanqueira.

Tome-se o discurso exibido em vídeo durante ato no domingo (21), na capital paulista. Na peça, mistura-se a declaração de amor à paz, à liberdade e à democracia com promessas raivosas de prisão de adversários petistas e banimento de “marginais vermelhos”.

Não faltaram ainda ameaças a esta Folha, que os bolsonaristas acusam de alinhamento à campanha do oponente. A ninguém deveria enganar esse surrado subterfúgio populista, igual e rotineiramente empregado pelo PT para desqualificar notícias incômodas produzidas pelo jornalismo independente.

Insuflar a ira militante também serve para se evadir do debate programático, indigente neste segundo turno da disputa presidencial. A esta altura, o candidato favorito deveria estar preparando as expectativas do eleitorado para tempos difíceis, que exigirão medidas duras.

A popularidade tende a ser embriagante, mas é volátil por natureza. Os limites ao poder dos mandatários, felizmente, são duradouros.

23 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Há um mito de que juiz não pode ser político, diz Witzel

Candidato ao governo do RJ defende que magistrados

possam retornar ao cargo

ENTREVISTA WILSON WITZEL

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O ex-juiz Wilson Witzel (PSC), 50, candidato ao governo do Rio de Janeiro, defendeu em entrevista à Folha nesta segunda-feira (22) que magistrados possam retornar ao cargo mesmo após uma candidatura ou exercício de função política no Legislativo ou Executivo.

Por lei, juízes devem pedir exoneração do cargo para concorrer, o que Witzel fez em março. Ele diz que propôs uma mudança na Constituição deste tipo ao senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) após decidir entrar na política.

“Há um mito no país de que juiz não pode ser político. E se político for, vai passar a perseguir o adversário. Mas essa é uma régua com que o político quer medir o Judiciário.”

“Há muitos mecanismos de controle do julgamento: o Ministério Público, o advogado do réu, os tribunais superiores. Não se permite a interferência ideológica no Judiciário”, afirmou ele.

Surpresa da eleição fluminense, Witzel chegou ao segundo turno graças à associação à família Bolsonaro nas últimas semanas de campanha. O ex-juiz minimizou a declaração do deputado eleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) de que “para fechar o STF [Supremo Tribunal Federal] basta um cabo e um soldado”.

“O pai dele já deu uma resposta. [...] Aquilo que vem sendo delineado na política nacional pelo PSL não tem risco à democracia”, disse o candidato do PSC.

Sendo um ex-juiz, como o sr. viu a declaração do deputado Eduardo Bolsonaro sobre o STF? O pai dele já deu uma resposta. Respondo pela minha candidatura. Eu defendo a plataforma política do PSL. E lá não existe esse tipo de situação. Não está “ampliar ou fechar o Supremo”. Não sei em que contexto isso foi falado, mas aquilo que vem sendo delineado na política nacional pelo PSL não tem risco à democracia.

Bolsonaro já defendeu “acabar com todo tipo de ativismo”. Isso é democrático? O ativismo tem seus pontos de diálogo. O que não pode é o ativismo intolerante, violento. Os black blocs. Isso é que não pode continuar.

Vem crescendo ao longo dos anos uma suposta politização do Poder Judiciário. A sua candidatura representa isso? Há um mito no país de que juiz não pode ser político. E se político for, vai passar a perseguir o adversário. Mas essa é uma régua com que o político quer medir o Judiciário. Em vários países há a possibilidade de juízes serem candidatos. Na Espanha, Portugal, França. Os membros do

Ministério Público e da magistratura podem contribuir muito com a administração. O fato de ser juiz e deixar a magistratura para um cargo no Executivo não significa que, quando retornar ao Judiciário, vai julgar favorável ao seu governo.

A atuação política de um juiz não vai interferir em suas decisões? Em hipótese alguma. Há muitos mecanismos de controle do julgamento: o Ministério Público, advogado do réu, os tribunais superiores. Não se permite a interferência ideológica no Judiciário.

Sérgio Cabral tinha amigos empreiteiros e dizia que sabia separar a amizade da decisão administrativa. Não é uma situação semelhante? O Cabral foi condenado. Ele não separou porque é um bandido. A mente criminoso realmente não vai separar.

O sr. defende uma mudança na Constituição para que o juiz possa retornar à magistratura após uma candidatura? É um debate para o Congresso Nacional. A minha opinião é que poderia. Propus uma regra em que o juiz com mais de dez anos de magistratura passaria para o Legislativo ou Executivo e, após a passagem, poderia ser aposentado com proventos proporcionais ou retomar [a carreira]. Apresentei essa proposta ao senador Eduardo Lopes (PRB), por volta de 2015.

CONTINUA

23 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Quando o sr. decidiu entrar na política? Quando [em 2014] a Dilma [Rousseff, ex-presidente] ganhou e, aqui no Rio o [governador Luiz Fernando] Pezão, percebi que nosso país estava indo para um declínio profundo.

O sr. pediu apoio a Cabral? Jamais.

O sr. tem defendido uma linha-dura no combate ao crime. A polícia do Rio mata mais de mil pessoas por ano. É pouco? Vamos começar com uma investigação rigorosa na lavagem de dinheiro. O outro candidato [Eduardo Paes] não consegue nem pronunciar essa palavra. Outro ponto é oferecer uma porta de saída para os jovens que estão cooptados pelo crime, o programa Resgate da Cidadania.

Vamos oferecer a eles a oportunidade de sair do crime, fazer uma delação, entrar no programa de proteção à testemunha e receber uma bolsa. Esperamos esvaziar as organizações criminosas para facilitar esse combate direto às facções. Se eles não quiserem essa porta de saída, vamos planejar a desocupação dessas áreas. Mas ninguém vai sair correndo, como foi no Complexo do Alemão.

Por quê? Porque serão abatidos.

Mesmo quem estiver fugindo? Eles não vão fugir. Eles vão tentar o confronto e serão abatidos.

Mas aquela imagem do Alemão é de criminosos fugindo. Não vão porque serão encurralados como deve ser feito. Ou se entregam ou serão abatidos.

O sr. tem histórico de uma defesa corporativa de magistrados e de gozo de benefícios do Judiciário. Terá autoridade para fazer os ajustes necessários no estado? O que eu defendo é um salário justo. Não vou tirar direito do servidor. Muito pelo contrário. Acredito na recuperação econômica do estado. A economia voltando a crescer a partir de 2020, nós vamos rever o plano de cargos e salário de cada categoria. Eles podem ter reajustes de acordo com a inflação.

O sr. declarou à Justiça Eleitoral apenas uma casa, sem qualquer conta bancária. É o que eu tenho.

Sua conta estava zerada? Eu não tenho poupança.

Mesmo com salário de juiz? Para você ver que a gente não ganha tão bem. Tenho quatro filhos e meus pais que dependem de mim. E passei por um divórcio. Tive que começar do zero.

O sr. doou mais de R\$ 200 mil para a própria campanha. De onde vieram esses recursos? Honorários que serão declarados à Receita. Tenho clientes.

Mas o sr. está num período de campanha para o governo. Esses clientes não podem buscar uma aproximação indevida? São ações judiciais. Depende do meu talento. Sou um bom advogado.

O sr. se tornou sócio de um escritório de advocacia durante a campanha. Por quê? Se eu não ganhasse a eleição, como eu iria viver? Terminada a eleição, vou para transição, vou suspender minhas atividades nos dois escritórios.

“

O fato de ser juiz e deixar a magistratura para um cargo no Executivo não significa que, quando retornar ao Judiciário, vai julgar favorável ao seu governo

Eu defendo o PSL. E lá não existe esse tipo de situação. Não está “ampliar ou fechar o Supremo”. Aquilo que vem sendo delineado pelo PSL não tem risco à democracia

23 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

FURA-FILA

A sinalização de Jair Bolsonaro (PSL) de que, se eleito presidente, pode indicar o juiz Sergio Moro para o STF (Supremo Tribunal Federal) não caiu bem nas cortes superiores.

FILA 2 Segundo um magistrado, não é "normal" a indicação de um juiz de primeira instância para o mais importante tribunal do país.

FILA 3 Em geral, quando a escolha recai sobre a magistratura, a disputa se dá entre ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) ou desembargadores de tribunais regionais e de justiça dos estados.

FILA 4 Levar o juiz ao STF furando fila, diz outro ministro, é como colocar um soldado para comandar os generais.

NUVENS Bolsonaro ainda cria arestas no STJ: vários dos ministros da corte sonham um dia ir para o STF.

HISTÓRIA O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), em SP, deve julgar nesta terça (23) um recurso do Ministério Público Federal (MPF) pedindo que a Justiça aceite a sua denúncia contra três agentes públicos pela morte de Carlos Nicolau Danielli, dirigente do Partido Comunista do Brasil, em 1972.

REVISTA O MPF denunciou o coronel e ex-chefe do DOI-Codi, Carlos Alberto Brilhante Ustra, o servidor aposentado Laertes Calandra e o delegado Dirceu Gravina por homicídio qualificado com emprego de tortura na morte de Danielli. O recurso tenta reverter decisão em primeiro grau, de 2015, que rejeitou a denúncia invocando a Lei da Anistia.

DEPOIS A punibilidade criminal contra Ustra foi extinta com a sua morte, em 2015.

PAINEL DO LEITOR

Supremo Tribunal Federal

Com todo respeito a Celso de Mello, golpe ocorre quando um presidente corrupto escolhe a seu bel prazer membros do STF, enquanto todo trabalhador brasileiro é submetido a concurso admissional. Infelizmente para o decano e seus pares, muitos comungam do pensamento de Eduardo Bolsonaro ("Fala de Eduardo Bolsonaro é golpista, afirma decano do STF", Eleições 2018, 22/10).

Maurílio Polizello Junior,
farmacêutico (Ribeirão Preto, SP)

A manifestação do deputado federal eleito Eduardo Bolsonaro não atinge apenas a democracia. A prepotência autoritária expressa na frase de que um cabo e um soldado bastam para fechar o STF agride o decoro parlamentar e a cidadania como um todo. Alenta-nos, porém, a corajosa e firme manifestação do ministro Celso de Mello.

Alberto Zacharias Toron,
advogado (São Paulo, SP)

Causou estranhamento a declaração do deputado Eduardo Bolsonaro. Mas não causou nenhum estranhamento o que foi dito em abril pelo deputado petista Wadih Damous, "tem que fechar o Supremo Tribunal Federal" e José Dirceu, em setembro: "Deveria tirar todos os poderes do Supremo e ser só Corte Constitucional". Só agora os ministros ficaram incomodados?

Izabel Avallone (São Paulo, SP)

Os comentários grotescos e desrespeitosos de Eduardo Bolsonaro em relação ao STF merecem todo o repúdio da sociedade. Há um porém, entretanto, que merece consideração: o ex-ministro José Dirceu, ao declarar que eleição é uma coisa e tomada de poder é outra, foi tão grotesco quanto o filho de Jair Bolsonaro. Neste momento de turbulência política, é imperativo que o Supremo fique atento para não cair na armadilha dos "dois pesos, duas medidas".

Luciano Marary (São Paulo, SP)

23 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Hospitais obtêm liminar para cobrar margem em remédio

Hospitais paulistas obtiveram uma liminar no último dia 8 contra uma resolução da Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) que impedia a cobrança de margem sobre remédios usados em tratamentos.

O texto, de abril deste ano, proíbe que os estabelecimentos ofertem os itens por um preço superior ao da compra.

A decisão provisória da 25ª Vara Federal considera válidos

os argumentos das entidades que propuseram a ação, entre eles o de que a resolução fere a livre iniciativa, até que a União apresente contrapontos.

Trata-se de uma proposta já ventilada anteriormente, mas que só se concretizou agora, segundo Yussif Ali Mere Jr., presidente da Fehoesp (federação do setor de São Paulo), uma das partes na ação.

Cerca de 15% de todo o faturamento de um hospital decorre da receita obtida com remédios, afirma.

“A resolução chegou a entrar em vigor, mas não temos praticado o que foi estabelecido. Sabemos que não resolveremos a questão por uma liminar, será preciso sentar e conversar com o poder público.”

O Ministério da Saúde e a Anvisa (agência de vigilância sanitária), responsáveis pela Cmed, afirmam que hospitais não têm autorização para comercializar medicamentos.

“Cabe às instituições apenas o valor pago pelos fármacos, sem custos adicionais que configuram a revenda”, afirmam.

“Os hospitais são livres para precificarem [gastos como armazenagem e logística] como acharem mais adequado, sem embutir o preço no produto.”

A Advocacia-Geral da União diz que já foi intimada e que coleta subsídios para interpor recurso.

O que diz a resolução que proíbe o sobrepreço de medicamentos por hospitais e clínicas

São consideradas infratores os estabelecimentos que:

- Cobrarem de pacientes e beneficiários de planos de saúde preço superior ao pago por medicamentos
- Não oferecerem listas de preços de medicamentos atualizadas

O que afirmam os prestadores de serviço:

- As restrições ferem a livre iniciativa
- Fármacos exigem gastos adicionais no transporte, armazenamento, manuseio e descarte
- Preços são fruto de negociação e são informações estratégicas, portanto não deveriam ser revelados

BEMPARANÁ 23 OUT 2018

PGR recorre contra decisão que libertou irmão de Beto Richa

Procuradora diz que habeas corpus de Gilmar Mendes partiu de premissa “equivocada”

Narley Resende

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou a cassação do habeas corpus (HC) que revogou a prisão temporária de José Richa Filho (Pepe Richa), irmão do ex-governador Beto Richa (PSDB). Em recurso enviado na última sexta-feira e divulgado ontem, a PGR pede que o relator, ministro Gilmar Mendes, reconsidere a decisão ou remeta o caso para julgamento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O político foi preso 26 de setembro deste ano, no âmbito da operação Integração II, correspondente à 55ª fase da Operação Lava Jato, que investiga casos de corrupção na concessão de rodovias no Paraná.

Para a procuradora-geral, a medida partiu de premissa “absolutamente equivocada”. Mendes aceitou a argumentação da defesa de que os fatos investigados são os mesmos da operação Patrulha, no âmbito da qual o próprio ministro já havia concedido um habeas corpus aos irmãos Richa. A alegação é de que havia a chamada “decisão paradigma”, que deveria ser seguida.

No entanto, o entendimento da PGR é que, apesar de envolver personagens em comum, tratam-se de investigações distintas. “Embora tenham ocorrido de modo paralelo no tempo, as operações Rádio Patrulha e Integração II, de âmbitos estadual e federal, respectivamente, não guardam qualquer relação investigativa entre si, justamente por terem por objeto fatos completamente distintos”, esclarece Raquel Dodge.

No pedido, a PGR cita todos os pontos elencados pelo juiz federal da 23ª Vara Federal no Paraná, que motivaram a conversão da prisão temporária de José Richa em preventiva. Ela cita, ainda, as ocorrências que levaram magistrado estadual a decretar as prisões. Ao final da análise comparativa, Dodge diz que é “inequívoca” a conclusão de que os fatos apurados são completamente diferentes. De acordo com a PGR, a admissão do habeas corpus significa dar decisão paradigma ao alcance de blindar José Richa contra novas prisões cautelares decretadas por outros juízes do país com base em novas situações criminosas.

Atalho - No documento, a PGR argumenta ainda que, com o recurso apresentado, José Pepe Richa pretendeu, na verdade, buscar um atalho e submeteu a análise da legalidade do seu decreto de prisão diretamente ao STF e, especificamente, ao ministro Gilmar Mendes. Além disso, a avaliação é de que a concessão de HC de ofício para favorecer José Richa representa “flagrante burla às normas procedimentais previstas na Constituição e nas leis, e à distribuição de competências, consistindo, acima de tudo, em indevida supressão de instâncias”.

Mesmo que o Supremo tivesse competência para o caso, Raquel Dodge ressalta que o réu não poderia simplesmente escolher o ministro. “A reclamação deveria ter sido recebida como habeas corpus e distribuída aleatoriamente entre os diversos ministros do Tribunal, de modo a preservar o princípio constitucional do juiz natural”, reforça Raquel Dodge. A defesa de Pepe Richa não quis comentar a ação.

A procuradora-geral pede para que, pelos mesmos motivos apresentados, sejam reformadas as decisões relativas a outros envolvidos na operação Integração II, o advogado e funcionário da concessionária Econorte João Marafon Júnior, diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessões Rodoviárias João Chimanzzo Neto e o presidente do Conselho de Administração do consórcio Triunfo Participações e Investimentos Luiz Fernando Wolf.

Três operações miram tuçanos

Na semana passada, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) indeferiu pedido de habeas corpus preventivo ajuizado pela defesa dos irmãos Richa. O objetivo dos advogados era conseguir um novo salvo-conduto diante dos desdobramentos da Operação Piloto e Integração II, ambas relacionadas à Lava Jato. Os irmãos Richa também são alvos de denúncia e mandados de prisão preventiva na Operação Rádio Patrulha, do Ministério Público estadual, que investiga corrupção no programa Patrulhas do Campo, de recuperação de estradas rurais no interior do Paraná, que é conduzida pelo juiz da 23ª Vara Criminal de Curitiba, Fernando Fischer. Em liberdade em razão da decisão de Gilmar Mendes relacionada à Rádio Patrulha, os irmãos temem novas prisões na Lava Jato.

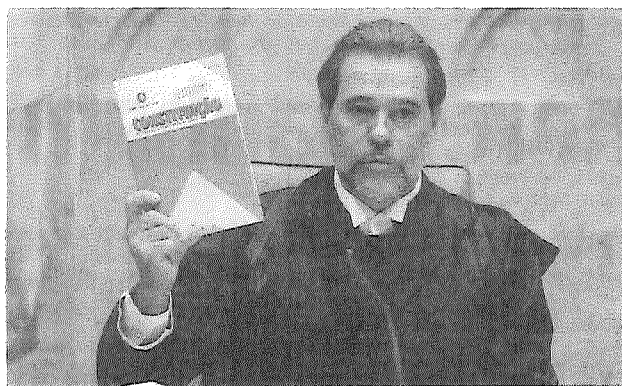
23 OUT 2018

BEMPARANÁ 'Atacar o Judiciário é atacar a democracia', diz Toffoli

Presidente do STF rebateu vídeo de filho de Bolsonaro sobre fechar Corte

Em nota oficial, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, saiu em defesa da Suprema Corte ontem e afirmou que "atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia". O posicionamento do presidente do STF foi divulgado após a circulação de um vídeo com declarações do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), no qual o parlamentar afirma que bastaria apenas "um soldado e um cabo" para fechar o STF.

Toffoli destaca que a Suprema Corte é uma instituição "centenária e essencial ao Estado Democrático de Direito", e que "não há democracia sem um Poder Judiciário independente e autônomo". "O Supremo Tribunal Federal é uma instituição centenária e essencial ao Estado Democrático de Direito. Não há democracia sem um Poder Judiciário independente e autônomo. O País conta com instituições sólidas e todas as autoridades devem respeitar a Constitui-



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Toffoli: presidente avisou ministros sobre reação

ção. Atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia", afirmou o ministro. A nota não cita o nome de Eduardo Bolsonaro, nem o episódio diretamente.

Toffoli avisou os demais integrantes do STF que enviaria uma nota institucional para defender o Tribunal dos ataques do filho de Bolsonaro. De acordo com auxiliares do ministro, a nota do presidente do STF foi o "remédio necessário e ponto" para a Corte se posicionar publicamente e virar a página. Toffoli prega a conciliação e a harmonia entre os poderes e preten-

de firmar com o futuro presidente da República - seja ele quem for - um pacto republicano para garantir a governabilidade

Indignação - A declaração do presidente da Corte chega após integrantes do STF se mostrarem indignados com as falas do deputado, filho do presidente do PSL, Jair Bolsonaro. Sem citar nominalmente o parlamentar, o ministro Alexandre de Moraes disse ontem que as declarações do deputado são "absolutamente irresponsáveis" e defendeu que a Procuradoria-Geral da Re-

pública (PGR) abra uma investigação contra o parlamentar por crime tipificado na lei de segurança nacional. "É algo inacreditável que tenhamos que ouvir tanta asneira da boca de quem representa o povo. Nada justifica a defesa do fechamento das instituições republicanas", afirmou Moraes.

Os comentários de Eduardo Bolsonaro foram feitos em julho, durante uma palestra a alunos de um curso preparatório para o concurso da Polícia Federal em Cascavel (Oeste). Ao responder a uma pergunta sobre a ação do Exército caso o STF tente impedir seu pai de assumir a Presidência, o deputado disse que bastariam "um soldado e um cabo" para fechar o Supremo.

"Será que eles vão ter essa força mesmo (de impugnar)? O pessoal até brinca lá: se quiser fechar o STF sabe o que você faz? Você não manda nem um Jipe, manda um soldado e um cabo", disse.

23 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Mutirão em SP tenta acelerar indenização a poupadores

Quatro bancos se uniram para agilizar o atendimento de clientes que aceitaram o acordo para repor perdas com planos econômicos

Douglas Gavras

De maio até agora, cerca de 20 mil brasileiros que tinham entrado na Justiça para repor as perdas que tiveram com os planos econômicos lançados nas décadas de 1980 e 1990 aceitaram o acordo firmado entre representantes dos bancos e dos poupadores, homologado em março. A expectativa é de que 1 milhão de ações sejam encerradas.

Há cinco meses, os poupadores podem acessar um site para aderir ao acordo. Valores até R\$ 5.000 serão pagos à vista e sem desconto. Para quem tem acima desse valor a receber, os descontos variam de 8% a 19% e o pagamento é parcelado. Os consumidores reclamam, no entanto, de dificuldades de navegação e na hora de digitalizar os documentos comprobatórios.

Para tentar agilizar o atendimento, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander organizam um mutirão presencial em São Paulo. A perspectiva é que sejam atendidas 5 mil pessoas até dezembro, segundo o diretor jurídico da Febraban, Antonio Negrão. Um evento semelhante está previsto para ocorrer em Brasília, no Rio e em Belo Horizonte.

A Caixa também estuda fazer um mutirão próprio, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até o fim do ano.

O acordo, porém, nem sempre agrada ao poupador. O professor universitário José Seabra, de 68 anos, abriu uma caderneta de poupança quando ainda era estudante, para juntar dinheiro para se manter na Suíça durante o curso de pós-graduação. Professor de letras, ele queria estudar documentos originais em latim, que estavam na faculdade. “Com a inflação daquela época, era preciso guardar o dinheiro no banco para poder se planejar”, conta.

Seabra conseguiu viajar, mas o dinheiro que sobrou na poupança foi afetado pelo Plano Bresser, de 1987. “Entrei na Justiça há quatro anos. Nas minhas contas, teria R\$ 15 mil a receber. Sei que a proposta do banco é bem menor, mas nem esperava receber alguma coisa ainda.”

o perdas

“Entrei na Justiça há quatro anos. Nas minhas contas, daria cerca de R\$ 15 mil a receber. A proposta do banco é bem menor.”

José Seabra

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

“A gente espera receber no mutirão 5.000 pessoas até dezembro. É uma forma de agilizar o atendimento.”

Antonio Negrão

DIRETOR DA FEBRABAN

Após ser atendido pelo banco no mutirão e descobrir que receberia R\$ 2 mil, ele foi aconselhado pelo advogado a não aceitar e esperar mais dois anos, para que a sua ação continue correndo. “A diferença era muito grande.”

A Febraban, que representa os bancos, estima em 1 milhão o número de ações referentes às perdas com quatro planos econômicos: plano Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). O acordo que foi firmado não inclui o Plano Collor 1 e só pode aderir à compensação quem tiver entrado na Justiça até o fim de 2016.

Atendimento. Em São Paulo, o mutirão ocorre no Cejusc Central (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), na rua Barra Funda, 930, zona oeste. É preciso ser convocado pelos bancos para ser atendido.

O poupador deverá comparecer ao local munido de documento original de identificação com foto. Já o advogado deverá apresentar a carteira da OAB original, cópia de procuração com poderes para transigir, receber e dar quitação.

Em caso de falecimento do beneficiário, o familiar ou representante precisa apresentar cópia da certidão de óbito e da procuração de todos os herdeiros, além de petição com pedido de regularização do polo ativo. /

COLABOROU ALINE BRONZATI

23 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Toffoli fala em 'ataque à democracia'

Presidente do Supremo divulga nota oficial um dia após vir a público vídeo no qual Eduardo Bolsonaro fala sobre o fechamento da Corte

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, divulgou nota ontem na qual afirma que "atacar o Judiciário é atacar a democracia". A manifestação ocorreu um dia após vir a público vídeo no qual o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) diz que bastariam "um soldado e um cabo" para fechar a Corte. O ministro do STF Alexandre de Moraes considerou as afirmações do filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL) "absolutamente irresponsáveis" e defendeu a investigação do parlamentar.

Segundo Toffoli, o Supremo é instituição "essencial ao estado democrático de direito" e "não há democracia sem um Poder Judiciário independente e autônomo". "O País conta com instituições sólidas e todas as autoridades devem respeitar a Constituição. Atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia", disse o ministro. A nota não cita o nome de Eduardo Bolsonaro, nem o episódio diretamente.

No vídeo, gravado no dia 10 de julho, durante palestra a alunos de um curso preparatório para concurso da Polícia Fede-

ral, o deputado afirma que, se o Supremo impugnar a candidatura de seu pai, "terá que pagar para ver o que acontece". "Se quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe, manda um soldado e um cabo. O que é o STF, cara? Tira o poder da caneta de um ministro do STF, o que ele é na rua?", diz ele no vídeo.

O presidente do STF avisou aos colegas de Corte que enviaria uma nota institucional para defender o tribunal. De acordo com auxiliares do ministro, a nota de Toffoli foi o "remédio necessário e ponto" para a Corte se posicionar publicamente.

Ontem, Jair Bolsonaro disse ter "advertido" o filho (*mais informações nesta página*).

Também sem citar nominalmente o parlamentar, Moraes afirmou ser favorável à abertura de investigação pela Procuradoria-Geral da República contra Eduardo Bolsonaro por crime tipificado na Lei de Segurança Nacional. "É inacreditável que tenhamos que ouvir tanta asneira da boca de quem representa o povo. Nada justifica a defesa do fechamento de instituições republicanas", declarou Moraes, em São Paulo.

O ministro Marco Aurélio Mello disse ao Estado que "não se tem respeito pelas instituições pátrias". Durante evento no Rio, o ministro Ricardo Lewandowski declarou que "está na hora de revalorizar o princípio da independência dos Poderes". "Cada qual em seu quadrado", afirmou Lewandowski.

A Procuradoria-Geral da República reafirmou ontem que não comentaria o caso.

Acúpula militar não pretende se manifestar sobre o episódio. Para integrantes do Alto-Comando das Forças consultados pelo Estado, responder seria levar para dentro dos quartéis um assunto político-partidário.

Investigação. O PSOL protocolou ontem representação na PGR contra Eduardo Bolsonaro, com um pedido para que ele seja investigado. Para o partido, o deputado "teria atentado contra o estado de direito e ido contra as instituições constitucionalmente estabelecidas".

No domingo, Eduardo Bolsonaro se desculpou. "Se fui infeliz, digo que não era a minha intenção", afirmou. / AMANDA PUPO, RAFAEL MORAES MOURA, MARCELO OSAKABE, CRISTIAN FAVARO, CAMILA TURTELLI, VINICIUS NEDER e TÂNIA MONTEIRO

● 'Respeito'

"Todas as autoridades devem respeitar a Constituição. Atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia."

Dias Toffoli

PRÉSIDENTE DO SUPREMO

23 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

STF em questão

Enquanto integrantes do STF e políticos vêm a público criticar **Eduardo Bolsonaro** pelo vídeo de julho em que atacou o tribunal, dois juristas de peso admitem para a coluna que, no fundo do episódio, há realidades mais sérias. Para **Carlos Ari Sundfeld**, o caso traz à tona “uma impressão geral, não discutida, de que a Justiça é arbitrária e de que há dúvidas quanto à sua capacidade de manter o equilíbrio”. O que ela pode fazer? “Deve responder a essas dúvidas simplesmente fazendo o seu trabalho.”

E o ex-STF **Carlos Velloso** entende que a importância dada à fala do deputado “mostra uma enorme falta de sintonia. Coisas irrelevantes passam por relevantes”.

STF 2

Quanto à frase, em si, Sundfeld a considera “apenas um desaforo de deputado em campanha de reeleição”. E para Velloso, o assunto “deveria morrer assim que o próprio pai chamou o ato do rapaz de enorme bobagem”.

PRONTO, FALEI!



Eliana Calmon

Ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

“É exagero o ministro Alexandre de Moraes dizer que é preciso abrir inquérito para apurar”, sobre declarações de Eduardo Bolsonaro a respeito de fechar o STF.

23 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RUY BARROZO

RB | TJPR - foi dada a largada para a sucessão

Com eleições marcadas para o mês que vem, foi dada a largada da campanha sucessória que vai eleger o novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, em substituição ao atual presidente, desembargador Renato Bettega, que comandará o judiciário do Paraná no biênio – 2019/2021.

Confirmam os inscritos para o pleito.

Presidente

Adalberto Jorge Xisto Pereira
Fernando Wolff Bodziak
Lidia Matiko Maejima
Rogério Luis Nielsen Kanayama

1ª Vice-presidência

Luiz Osório de Moraes Panza
Wellington Emanuel Coimbra de Moura

2ª Vice-presidência

José Laurindo de Souza Netto
Roberto Portugal Bacellar

Corregedor Geral da Justiça

José Augusto Gomes Aniceto
Mário Helton Jorge

Corregedor

Carvílio da Silveira Filho
Luiz Cesar Nicolau
Fábio Haick Dalla Vecchia

23 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atacar o Judiciário é atacar a democracia, diz Toffoli

Presidente do STF afirmou ser fundamental a independência da Corte

“O Supremo Tribunal Federal é uma instituição centenária e essencial ao Estado Democrático de Direito. Não há democracia sem um Poder Judiciário independente e autônomo”, afirmou Toffoli

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, divulgou ontem uma nota oficial em que afirma ser fundamental para a democracia garantir a independência da Corte.

“O Supremo Tribunal Federal é uma instituição centenária e essencial ao Estado Democrático de Direito. Não há democracia sem um Poder Judiciário independente e autônomo. O País conta com instituições sólidas e todas as autoridades devem respeitar a Constituição. Atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia”, diz a nota.

O texto foi divulgado pelo STF após a repercussão de uma fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL), em que o parlamentar diz que para fechar o Supremo “não manda nem um jipe, manda um soldado, um cabo”.

Toffoli, que estava na Itália em viagem a trabalho quando a fala de Bolsonaro repercutiu no Brasil, se manifestou após outros ministros também falarem sobre o caso. Ao jornal Folha de S. Paulo, o ministro Luís Roberto Barroso havia dito que o STF deveria se manifestar a “uma só voz”.

23 OUT 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

“Atacar o Judiciário é atacar a democracia”

Frase partiu ontem do presidente do Supremo, Dias Toffoli

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, divulgou ontem uma nota oficial em que afirma ser fundamental para a democracia garantir a independência da Corte. “O Supremo Tribunal Federal é uma instituição centenária e essencial ao Estado Democrático de Direito. Não há democracia sem um Poder Judiciário inde-

pendente e autônomo. O País conta com instituições sólidas e todas as autoridades devem respeitar a Constituição. Atacar o Poder Judiciário é atacar a democracia”, diz a nota.

O texto foi divulgado pelo STF após a repercussão de uma fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL), em que o parlamentar

diz que para fechar o Supremo “não manda nem um jipe, manda um soldado, um cabo”. Toffoli, que estava na Itália quando a fala de Bolsonaro repercutiu no Brasil, se manifestou após outros ministros também falarem sobre o caso.

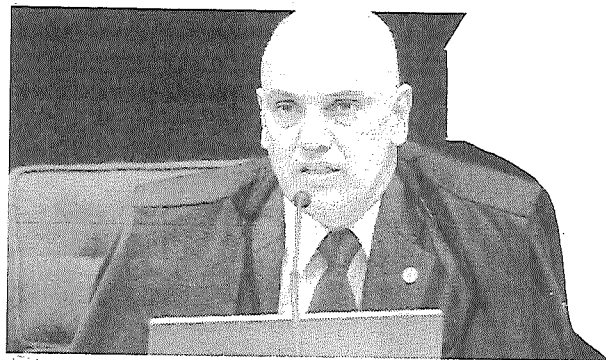
Ao jornal Folha de S. Paulo, o ministro Luís Roberto Barroso havia dito que o STF deveria se manifestar a “uma

só voz”. O decano Celso de Mello disse que a declaração, “além de inconsequente e golpista, mostra bem o tipo de parlamentar cuja atuação no Congresso Nacional, mantida essa inaceitável visão autoritária, só comprometerá a integridade da ordem democrática e o respeito indeclinável que se deve ter pela supremacia da Constituição da República”. ■

Moraes defende investigar declaração de deputado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes defendeu ontem que a Procuradoria-Geral da República investigue o deputado federal reeleito Eduardo Bolsonaro (PSL). No fim de semana, foi divulgado um vídeo nas redes sociais, gravado meses atrás, em que o deputado diz que bastaria um cabo e um soldado para fechar o Supremo Tribunal Federal (STF).

“É inacreditável que no Brasil do século 21, a Constituição com 30 anos, ainda tenhamos que ouvir tanta asneira vinda da



Moraes: “Asneira vinda da boca de quem representa o povo”

boca de quem representa o povo”, disse Moraes. Para o ministro, a afirmação de Eduardo Bolsonaro pode configurar crime previsto

no Artigo 23 da Lei de Segurança Nacional – incitar animosidade entre as Forças Armadas e outras instituições. ■

23 OUT 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

TSE afirma que urna eletrônica é "totalmente segura"



A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Rosa Weber, e os presidentes dos tribunais regionais eleitorais (TREs) divulgaram – a seis dias do segundo turno da eleição – documento intitulado “Carta à Nação Brasileira” para reafirmar a “total integridade e confiabilidade” das urnas eletrônicas e do processo eleitoral.

A Justiça Eleitoral

explica que o sistema não pode ser invadido por hackers (por não ser conectado à internet) e que “não existe a possibilidade da urna eletrônica completar automaticamente o voto do eleitor”. “A Justiça Eleitoral rotineiramente realiza testes e auditorias que comprovam e asseguram a transparência e absoluta confiabilidade do voto eletrônico”, diz a carta. ■

Justiça Eleitoral decide designar mais servidores para votação

Os tribunais regionais eleitorais (TREs) deverão destacar mais servidores para evitar problemas na votação de segundo turno, no próximo dia 28. A decisão foi tomada por presidentes dos tribunais regionais que se reuniram nesta segunda-feira (22) com a ministra Rosa Weber, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No encontro, eles discutiram soluções sobre contratemplos verificados no primeiro turno,

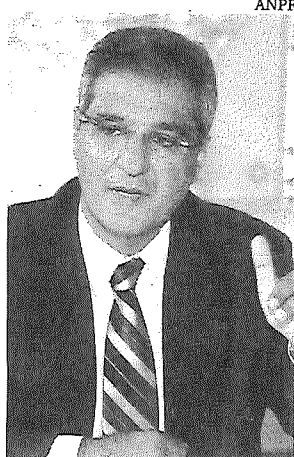
no último dia 7, como filas, erros do eleitor no momento de votar e desconfianças em relação à urna eletrônica.

“A logística, as filas enormes que se sucederam em todas as partes do país, por ‘n’ razões. Estamos tentando minorar essa situação, colocando mais servidores da Justiça Eleitoral e voluntários para auxiliar os trabalhos”, explicou o desembargador Márcio Vidal, presidente do TRE de Mato Grosso e representante do grupo. ■

Raquel Dodge pede que Pepe Richa volte à prisão

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou a cassação do habeas corpus que revogou a prisão temporária de José Richa Filho, irmão do ex-governador do Paraná Beto Richa. Em recurso enviado nesta sexta-feira (19), a PGR pede que o relator, ministro Gilmar Mendes, reconsidere a decisão ou remeta o caso para julgamento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O político foi preso 26 de setembro deste ano, no âmbito da operação Integração II, correspondente à 55ª fase da operação Lava Jato, que investiga casos de corrupção na concessão de rodovias no Paraná.

Para a procuradora-geral, a medida partiu de premissa "absolutamente equivocada". Gilmar Mendes aceitou a argumentação da defesa de que os fatos investigados são os mesmos da operação Patrulha, no âmbito da qual o próprio ministro já havia concedido um HC aos irmãos Richa. A alegação é de que havia a chamada



ANPR

Pepe Richa teve a prisão decretada na investigação dos pedágios

"decisão paradigma", que deveria ser seguida. No entanto, o entendimento da PGR é que, apesar de envolver personagens em comum, tratam-se de investigações distintas. "Embora tenham ocorrido de modo paralelo no tempo, as operações Rádio Patrulha e Integração II, de âmbitos estadual e federal, respectivamente, não guardam qualquer relação investigativa entre si, justamente por terem por objeto fatos completamente distintos", esclarece Raquel Dodge. ■

TRIBUNA DO PARANÁ

Complicou

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu a cassação do habeas corpus que revogou a prisão temporária de José Richa Filho, o Pepe Richa, irmão do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB). Em recurso enviado na última sexta-feira a procuradora pede que o relator do caso no STF, ministro Gilmar Mendes, reconsidere a decisão ou remeta o caso para julgamento da Segunda Turma do Supremo.

MAIS UM SOLTO

O juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, determinou a soltura do operador financeiro Sérgio Boccaletti, que foi preso na 51ª fase da operação por suspeita de participação em esquema de corrupção no contrato de construção da casa de força da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Na decisão, publicada ontem, o juiz determinou fiança no valor R\$ 20 milhões, sendo que esse valor foi bloqueado das contas e aplicações financeiras do investigado, entrega do passaporte, proibição de deixar o país, entre outras restrições.

23 OUT 2018

METRO

Dodge pede cassação do HC de Pepe

Lava Jato. Segundo procuradora, decisão de Gilmar Mendes de libertar irmão do ex-governador Beto Richa foi 'absolutamente equivocada'

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) a cassação da decisão do ministro Gilmar Mendes, que determinou a soltura de José Richa Filho, irmão do ex-governador do Paraná Beto Richa.

Segundo Dodge a libertação de Pepe partiu de uma premissa "absolutamente equivocada", já que o ex-secretário estadual estava sendo investigado na 55ª fase da Lava Jato, do Ministério Público Federal, enquanto o ministro do STF teria levado em consideração fatos da Operação Rádio Patrulha, deflagrada pelo MP estadual.

Em seu recurso, a procuradora argumenta que, apesar de ambas as investigações envolverem personagens em comum tratam-se de crimes distintos. Raquel Dodge cita no documento todos os pontos elencados pelo juiz federal da 23ª Vara Federal no Paraná, que mo-



PGR durante sessão no STF | FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ AGENCIA BRASIL

tivaram a conversão da prisão temporária de Pepe Richa em preventiva.

Ela ainda afirma que a defesa de Pepe buscou um "atalho", submetendo a análise da legalidade do seu decreto de prisão diretamente para STF e, especificamente, para o ministro Gilmar Mendes.

O pedido da PGR poderá ser avaliado pelo próprio Gilmar, mas ele pode também levar o caso para uma de-

cisão conjunta na 2ª turma do STF (Supremo Tribunal Federal)

Acusações

Batizada de Operação Integração, a 55ª fase da Lava Jato investiga supostos pagamentos de propina por parte da concessionária de estradas do Paraná.

Em nota, a defesa de Pepe Richa disse que não iria comentar o caso. **METRO.COM**
RÁDIO BANDNEWS CURITIBA